

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes Ernst & Young Terco. A Seguradora apurou lucro de R\$ 19.525 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 17.421 em 31 de dezembro de 2011), como resultado da consolidação da Seguradora no mercado de seguros. A Seguradora vem atuando nos ramos garantias de obrigações públicas e privadas, riscos de engenharia e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de Infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades. É propósito da Seguradora continuar operando neste segmento do mercado, no qual tem provada experiência e que, em função dos projetos públicos e privados já definidos para atender eventos internacionais e compromissos assumidos pelo País, apresenta excelentes perspectivas de desenvolvimento no curto e médio prazo.

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% do lucro líquido do exercício e mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma de distribuição de dividendos obrigatórios. Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 31 de dezembro de 2012, em complemento ao dividendo mínimo obrigatório, foi deliberado pagamento ao acionista de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 6.408 (R\$ 6.354 em 2011). Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operação em todo território nacional. Com base nos relatórios de seus consultores jurídicos, a Seguradora mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

A Fator Seguradora S.A. especializa-se nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente, contando para tal com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais de primeira linha e uma estrutura eficiente de distribuição através de corretores de seguros focados nos mesmos segmentos da Fator Seguradora S.A.. A Diretoria gostaria de registrar especial reconhecimento aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos funcionários pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora. Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), à Federação Nacional de Seguros Gerais (Fensseg) e ao Sindicato do Estado de São Paulo (Sinseg) pelo apoio recebido ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Ativo circulante		307.316	341.506
Disponível		239	552
Caixa e bancos	5	239	552
Aplicações	6	193.799	215.823
Crédito das operações com seguros e resseguros		39.284	46.735
Prêmios a receber	8	34.505	41.118
Operações com seguradoras		2.128	4.684
Operações com resseguradoras		2.651	933
Outros créditos operacionais	18.a	15.644	10.407
Ativos de resseguro - provisões técnicas	13.f	45.705	54.784
Títulos e créditos a receber		4.435	5.326
Títulos e créditos a receber	18.b	1.265	1.168
Créditos tributários e previdenciários	9	1.573	2.971
Depósitos judiciais e fiscais	10.b	728	658
Outros créditos		869	529
Despesas antecipadas		62	56
Custos de aquisição diferidos seguros	13.d	8.148	7.823
Ativo não circulante		96.155	92.805
Realizável a longo prazo		95.650	92.138
Créditos das operações com seguros e resseguros		25.038	22.407
Prêmios a receber	8	25.038	22.407
Outros créditos operacionais	18.a	738	605
Ativos de resseguro - provisões técnicas	13.f	57.881	55.676
Títulos e créditos a receber		2.455	3.450
Títulos e créditos a receber	18.b	886	949
Créditos tributários e previdenciários	9	1.051	1.979
Depósitos judiciais e fiscais	10.b	518	522
Custos de aquisição diferidos seguros	13.d	9.538	10.000
Investimentos		176	195
Participações societárias		173	192
Imóveis destinados a renda		3	3
Imobilizado		268	396
Bens móveis		187	231
Outras imobilizações		81	165
Intangível		43	31
Outros intangíveis		43	31
Diferido		18	45
Total do ativo		403.471	434.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2012	2011
Passivo circulante		175.397	206.327
Contas a pagar		9.836	15.339
Obrigações a pagar		6.811	12.141
Impostos e encargos sociais a recolher		2.143	2.753
Encargos trabalhistas		533	382
Impostos e contribuições		349	63
Débito das operações com seguros e resseguros		52.432	60.971
Prêmios a restituir		10	14
Operações com seguradoras		2.450	207
Operações com resseguradoras		30.480	47.569
Corretores de seguros e resseguros		4.118	3.226
Outros débitos operacionais	18.c	15.374	9.955
Depósitos de terceiros	18.d	525	6.699
Provisões técnicas - seguros	13.a/b	112.224	122.949
Danos		111.737	122.003
Pessoas		487	946
Outros débitos		380	369
Instrumentos financeiros derivativos		34	7
Provisões judiciais	10.b	346	362
Passivo não circulante		112.821	113.564
Contas a pagar		1.074	548
Obrigações a pagar		486	548
Tributos diferidos		588	—
Débitos das operações com seguros e resseguros		21.600	19.546
Operações com resseguradoras		20.828	18.560
Corretores de seguros e resseguros		772	986
Provisões técnicas - seguros	13.a/b	89.949	90.275
Danos		89.949	90.275
Outros débitos		147	155
Provisões judiciais	10.b	147	155
Débitos diversos		51	3.040
Patrimônio líquido	12.a	115.253	114.420
Capital social		97.352	97.352
Reservas de lucro		17.901	17.068
Total do passivo e patrimônio líquido		403.471	434.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	2012	2011
Saldos em 31 de dezembro de 2010		
Dividendos		
Lucro líquido do exercício		
Proposta para destinação lucros		
Juros sobre capital próprio		
Reserva legal		
Reserva estatutária		
Dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Dividendos		
Lucro líquido do exercício		
Proposta para destinação lucros		
Juros sobre capital próprio		
Reserva legal		
Reserva estatutária		
Dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2012		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
Dividendos	97.352	8.550	46.163	—	152.065
Lucro líquido do exercício	—	—	(46.163)	—	(46.163)
Proposta para destinação lucros	—	—	—	17.421	17.421
Juros sobre capital próprio	—	871	7.647	(17.421)	(8.903)
Reserva legal	—	—	—	(6.354)	(6.354)
Reserva estatutária	—	871	—	(871)	—
Dividendos	—	—	7.647	(7.647)	—
	—	—	—	(2.549)	(2.549)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	97.352	9.421	7.647	—	114.420
Dividendos	—	—	(7.647)	—	(7.647)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	19.525	19.525
Proposta para destinação lucros	—	976	7.504	(19.525)	(11.045)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(6.408)	(6.408)
Reserva legal	—	—	976	(976)	—
Reserva estatutária	—	—	7.504	(7.504)	—
Dividendos	—	—	—	(4.637)	(4.637)
	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2012	97.352	10.397	7.504	—	115.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), com sede localizada na Avenida Santo Amaro, 48 - São Paulo - São Paulo, tem como objetivo social operar em seguros nos ramos de riscos financeiros como garantia de obrigações privadas, públicas, judiciais, concessões públicas, acidentes pessoais coletivos, riscos de engenharia e responsabilidade civil incluindo administradores e diretores (D&O), em todo território nacional.

A Seguradora integra o Conglomerado Fator, conjunto de instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos seguindo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração, em 28 de fevereiro de 2013.

A Seguradora é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A., seu único acionista.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), às quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Os pronunciamentos emitidos pelo CPC visam à harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Desde 2011 a SUSEP editou Circulares visando o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade no sentido de regulamentar este processo de convergência.

Em 05 de março de 2012, a SUSEP emitiu a Circular nº 430, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar com vigência a partir de janeiro de 2012. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga as Circulares SUSEP nº 424/11 e nº 426/11.

A administração da Seguradora decidiu por alterar o método de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, do método direto para o método indireto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi representada pelo método indireto para fins de comparação, conforme previsto na Circular SUSEP nº 430/12.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 26 e da Circular nº 430, de 05 de março de 2012.

Em atendimento a esta legislação, foram reclassificados os seguintes itens:

i) desaglutinação de outros créditos operacionais (ativo) de crédito das operações com seguros e resseguros (ativo); e ii) créditos tributários e previdenciários (ativo circulante) para créditos tributários e previdenciários (ativo não circulante).

	31/12/2011			31/12/2011	
	Saldo publicado	Ajustes	Saldo após ajustes	Saldo publicado	Ajustes
Ativo					
Crédito das operações com seguros e resseguros	57.142	(10.407)	46.735		
Prêmios a receber	41.118	—	41.118		
Operações com seguradoras	4.684	—	4.684		
Operações com resseguradoras	933	—	933		
Outros créditos operacionais	10.407	—	10.407		

	31/12/2011			31/12/2011	
	Saldo publicado	Ajustes	Saldo após ajustes	Saldo publicado	Ajustes
Ativo					
Ativo circulante					
Títulos e créditos a receber	7.305	(1.979)	5.326		
Títulos e créditos a receber	1.168	—	1.168		
Créditos tributários e previdenciários	4.950	(1.979)	2.971		
Depósitos judiciais e fiscais	658	—	658		
Outros créditos	529	—	529		
Ativo não circulante					
Títulos e créditos a receber	1.471	1.979	3.450		
Títulos e créditos a receber	949	—	949		
Créditos tributários e previdenciários	—	1.979	1.979		
Depósitos judiciais e fiscais	522	—	522		

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado.

d) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

e) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidas, provisões técnicas e provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

f) Moeda funcional

Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Fator Seguradora S.A. atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício.

g) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

- As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgação da Companhia, na vigência para os períodos contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas revisões da IFRS 7 "Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do

projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2015.

A IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

2.2. Principais práticas contábeis e critérios de apuração

a) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e como risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com ativos garantidores das reservas técnicas.

b) Prêmios de seguros e receitas de comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão. As despesas e receitas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado, no decorrer do prazo de vigência dos seguros. As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base no percentual de perda histórica ou sobre a totalidade das apólices vencidas acima de 60 dias, considerando a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor.

A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

c) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Seguradora determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Seguradora que não satisfizessem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

h) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Provisões técnicas

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" e atualizada monetariamente, quando aplicável.

Os riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme nota técnica atuarial. A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguo, determinada com base nos avisos recebidos até à data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada com base na Circular SUSEP nº 448/12, exceto para o ramo de garantia, o qual a partir de 2011 passou a ser calculado com base em nota técnica atuarial (NTA) de forma consistente com base na experiência histórica de ocorrência de sinistros nesse ramo.

A provisão para insuficiência de prêmios (PIP) é calculada segundo nota técnica atuarial (NTA). Dos cálculos efetuados não resultou provisão a constituir em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da conta de "Despesas financeiras".

A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade da constituição da provisão técnica denominada PCP - Provisão Complementar de Prêmios. A PCP deve ser calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

j) Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11, e, seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 457/2012, em cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas-base de junho e dezembro de cada ano. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

Os fluxos de caixas projetados são descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referente ao mês de dezembro de 2012, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos das despesas de comercialização diferidas (DCD) e ativos intangíveis. O teste realizado nesta data-base não apresentou insuficiência para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2012, não havendo, portanto necessidade de constituição de provisões suplementares.

k) Imposto de renda e contribuição social

Impostos sobre o lucro compreendem o IRPJ e a CSLL (corrente e diferido), os quais são reconhecidos no resultado. Os tributos relativos a períodos correntes e anteriores deverão, na medida em que não sejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor pago com relação aos períodos atual e anterior exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso será reconhecido como um ativo.

O IRPJ e a CSLL são geralmente aplicados sobre a mesma base de cálculo, a qual corresponde ao lucro líquido antes dos impostos, ajustado de acordo com as normas expedidas pela autoridade fiscal brasileira. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que haverá lucro tributável para futuras compensações.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais vinculados contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida.

l) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Seguradora é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é realizada por nossos advogados externos e inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão dos instrumentos patrimoniais são demonstrados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices ou faturas. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização e agenciamento são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL

As principais atividades da Fator Seguradora estão nos segmentos diferenciados ou com a estruturação de soluções sob medida às necessidades dos clientes. A Seguradora iniciou suas atividades em 2008 e chegou ao mercado especializada em seguros financeiros, estruturados para proteger os negócios de seus clientes. Atualmente a seguradora também opera com seguros voltados para o setor de infraestrutura, como Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais para Geração de Energia, Responsabilidade Civil para Obras entre outros. Opera em todo o território nacional através de corretores profissionais de seguros, combinando preços justos com qualidade e agilidade na prestação de serviços.

A Seguradora conta, atualmente, com 31 funcionários e a sua estrutura organizacional é composta pelas áreas comercial, jurídica, técnica, administrativa/financeira, sinistros, gerenciamento de riscos, auditoria interna e análise financeira de empresas, assim como utiliza a estrutura operacional do Banco Fator S.A. Como exemplo, mencionamos os departamentos de compliance, recursos humanos, tecnologia, marketing e riscos corporativos que são departamentos institucionais e trabalham para a organização como um todo, incluindo a Fator Seguradora.

O gerenciamento de riscos é essencial para as atividades da Seguradora, sendo efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Fator Seguradora. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas, principalmente, nas operações de seguros no Brasil, devidamente adaptadas às nossas operações.

4. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco é de suma importância na Fator Seguradora, e, atualmente, está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de valor econômico agregado. O monitoramento constante dos Riscos de Capital, Crédito, Liquidez, Mercado e Seguros faz parte de rotina de Gerenciamento de Riscos da estrutura da Seguradora.

a) Riscos de seguros

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado. Risco de seguro é o risco em que o tomador transfere para o subscritor, no caso a Fator Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares. Todos os processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades da Fator Seguradora.

Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O Risco de Subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter um lucro operacional.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Ramo	Tipo de Resseguro	Modalidade de Contrato	Cobertura Prioridade	Faixa
0775 (Garantia Segurado - Setor Público) - Riscos Financeiros	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.500	83.500
0776 (Garantia Segurado - Setor Privado) - Riscos Financeiros	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.500	83.500
0167 (Riscos de Engenharia) - Patrimonial	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	31.000
0196 (Riscos nomeados e operacionais) - Patrimonial	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	31.000
0310 (R.C. Administradores e Diretores D&O) - Responsabilidades	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	3.000
0378 (R.C. Profissional) - Responsabilidades	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	3.000

A Seguradora trabalha basicamente com três grandes grupos de seguros: seguro de danos, seguro de responsabilidades e seguros financeiros. Dentro destes grupos temos:

Seguros de riscos patrimoniais - Este seguro oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.

Seguros de riscos de engenharia - Este seguro dá cobertura a vários riscos decorrentes de falha de engenharia nas suas diversas etapas. Existem várias modalidades deste seguro, cada qual com explicitação dos riscos cobertos: Instalação e Montagem, Obras Cíveis em Construção, Quebra de Máquinas, entre outros.

Seguros de responsabilidades - Os contratos de seguros de responsabilidades asseguram ao segurado uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, responsabilidade geral/pública e de produto, responsabilidade de conselheiros e diretores, responsabilidade por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos.

Seguros financeiros - Inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). É um seguro utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento dos contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

Ramos	Prêmios Emitidos		Resseguros Cedidos		Percentual Ressegurado	
	Dez/12	Dez/11	Dez/12	Dez/11	Dez/12	Dez/11
Riscos de engenharia	21.957	40.234	20.726	38.729	94,39	96,26
Riscos diversos	-	904	-	899	-	99,45
Riscos nomeados e operacionais	5.475	9.124	4.911	8.771	89,70	96,13
RC de administradores e diretores (D&O)	1.260	1.334	1.055	1.187	83,73	88,98
RC Profissional (E&O)	75	-	55	-	73,33	-
R.C.Geral	519	584	499	392	96,15	67,12
DPVAT	34.664	32.846	-	-	-	-
Garantia financeira	5	359	4	282	80,00	78,55
Garantia de obrigações privadas	1.064	140	900	(60)	84,59	(42,86)
Garantia de obrigações públicas	1.976	2.550	1.589	2.140	80,41	83,92
Garantia de concessões públicas	811	7	692	4	85,33	57,14
Garantia judicial	(2.866)	(3.712)	(2.461)	(2.967)	85,87	79,93
Garantia segurado-setor público	35.689	49.497	29.179	40.695	81,76	82,22
Garantia segurado-setor privado	22.037	52.955	17.873	43.593	81,10	82,32
Acidentes pessoais-coletivos	-	37	-	37	-	100,00
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	122.666	186.859	75.022	133.702		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	(8.112)	14.852	-	-		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - Resseguros cedidos	-	-	(5.378)	9.990		
Comissões sobre resseguros cedidos	-	-	(21.789)	(39.747)		
Variações das despesas de resseguros	-	-	5.172	(56.405)		
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	114.554	201.711	53.027	47.540		

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Resseguradoras	Classe	Categoria de Risco	Agência Classificadora	Resseguros Cedidos		Resseguros Cedidos - %	
				Dez/12	Dez/11	Dez/12	Dez/11
Local 1	LOCAL	A+	A.M. Best Company	130	-	0,17	-
Local 2 (*)	LOCAL	-	-	547	-	0,73	-
Local 3 (*)	LOCAL	-	-	169	128	0,23	0,10
Local 4	LOCAL	A-	Standard & Poor's / FITCH	226	417	0,30	0,31
Local 5	LOCAL	AA-	Standard & Poor's / FITCH	7.735	15.354	10,31	11,48
Local 6	LOCAL	A-	A.M. Best Company	15.184	29.810	20,24	22,30
Local 7	LOCAL	A	Standard & Poor's / FITCH	309	1.159	0,41	0,87
Eventual 1	Eventual	A+	A.M. Best Company	220	393	0,29	0,29
Eventual 2	Eventual	A	Standard & Poor's / FITCH	23	57	0,03	0,04
Eventual 3	Eventual	A	Standard & Poor's / FITCH	2.891	2.054	3,83	1,54
Eventual 4	Eventual	AA	Standard & Poor's / FITCH	188	93	0,25	0,07
Eventual 5	Eventual	A-	A.M. Best Company	596	-	0,79	-
Eventual 6	Eventual	AA-	Standard & Poor's / FITCH	724	1.293	0,97	0,97
Eventual 7	Eventual	A+	Standard & Poor's / FITCH	3.508	2.440	4,68	1,82
Eventual 8	Eventual	BBB+	Standard & Poor's / FITCH	2.833	1.637	3,78	1,22
Eventual 9	Eventual	A+	A.M. Best Company	1.221	-	1,63	-
Eventual 10	Eventual	A-	Standard & Poor's / FITCH	643	1.232	0,86	0,92
Eventual 11	Eventual	A+	Standard & Poor's / FITCH	-	10.036	-	7,51
Eventual 12	Eventual	A+	A.M. Best Company	520	579	0,69	0,77
Admitida 1	Admitida	AA	Standard & Poor's / FITCH	23	57	0,03	0,03
Admitida 2	Admitida	A	Standard & Poor's / FITCH	266	3.311	0,35	2,48
Admitida 3	Admitida	A-	A.M. Best Company	1.306	2.080	1,74	1,56
Admitida 4	Admitida	A	A.M. Best Company	7.157	4.182	9,54	3,13
Admitida 5	Admitida	A+	A.M. Best Company	3.611	7.587	4,81	5,67
Admitida 6	Admitida	A++	A.M. Best Company	859	2.902	1,14	2,17
Admitida 7	Admitida	AA-	Standard & Poor's / FITCH	6.418	11.491	8,56	8,59
Admitida 8	Admitida	A+	Standard & Poor's / FITCH	145	259	0,19	0,19
Admitida 9	Admitida	A-	Standard & Poor's / FITCH	464	(334)	0,62	(0,25)
Admitida 10	Admitida	A+	Standard & Poor's / FITCH	5.176	12.689	6,90	9,49
Admitida 11	Admitida	A-	Standard & Poor's / FITCH	1.692	1.347	2,26	1,01
Admitida 12	Admitida	A+	Standard & Poor's / FITCH	4.673	9.606	6,23	7,19
Admitida 13	Admitida	AA-	Standard & Poor's / FITCH	540	44	0,72	0,03
Admitida 14	Admitida	A-	A.M. Best Company	348	621	0,46	0,46
Admitida 15	Admitida	A	A.M. Best Company	3.142	9.042	4,19	6,76
Admitida 16	Admitida	AA-	Standard & Poor's / FITCH	979	1.737	1,31	1,31
				75.022	133.702	100	100

(*) Não há categoria de risco divulgada.

Desenvolvimento de sinistros

O montante de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 20.052 (R\$ 24.237 em 31 de dezembro de 2011) e refere-se ao ramo DPVAT R\$ 17.256 (R\$ 20.727 em 31 de dezembro de 2011), sinistros em processos judiciais, que estão sendo administrados em conjunto com advogados, remanescentes do antigo controlador R\$ 487 (R\$ 935 em 31 de dezembro de 2011), e sinistros das operações atuais da Seguradora R\$ 2.309 (R\$ 2.575 em 31 de dezembro de 2011).

Dos sinistros a liquidar das operações atuais, R\$ 1.919 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2011), correspondem a resseguradores, conforme contratos de resseguros. A Seguradora segue os critérios técnicos atuariais para constituição das provisões de sinistros sendo que essas representam a melhor estimativa das suas obrigações a honrar.

O quadro de desenvolvimento de sinistros abaixo tem como objetivo ilustrar o risco de seguro, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro ocorreu:

Quadros de desenvolvimento de sinistros - Bruto de resseguro.						
1- Sinistros judiciais						
Sinistros avisados até o último dia do ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pagamentos acumulados	397	350	146	487	35	75
No mesmo ano	492	424	412	501	110	-
No ano seguinte	566	690	426	576	-	-
Nos dois anos seguintes	832	704	501	-	-	-
Nos quatro anos seguintes	846	788	-	-	-	-
Nos cinco anos seguintes	921	-	-	-	-	-

Provisão de sinistros não pagos						
Sinistros avisados até o último dia do ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
No mesmo ano	1.921	1.840	1.190	896	935	487
No ano seguinte	1.840	1.190	896	935	487	-
Nos dois anos seguintes	1.190	896	935	487	-	-
Nos três anos seguintes	896	935	487	-	-	-
Nos quatro anos seguintes	935	487	-	-	-	-
Nos cinco anos seguintes	487	-	-	-	-	-

2- Sinistros administrativos						
Sinistros avisados até o último dia do ano	2007					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

Apuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Aplicações financeiras	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Mercado observável (Nível 3)	Total
I. Ativos financeiros designados ao valor justo	167.340	26.459	-	193.799
Letras do Tesouro Nacional	77.863	-	-	77.863
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	3.416	-	-	3.416
Notas do Tesouro Nacional	3.519	-	-	3.519
Debêntures	6.210	-	-	6.210
Fundos de investimentos - abertos	46	-	-	46
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	-	26.459	-	26.459
Fundo de Investimento em direito creditório - FIDC	6.787	-	-	6.787
Fundo de Investimento - DPVAT	33.137	-	-	33.137
Fundos exclusivos	-	-	-	-
Debêntures	32.209	-	-	32.209
Ações de Companhias Abertas	1.374	-	-	1.374
Notas do Tesouro Nacional	2.779	-	-	2.779

Risco de mercado

Produtos de mercado comercializados pela Seguradora tipicamente incluem características ou combinações de características que podem não ser facilmente ou exatamente replicadas para os investimentos. O risco de mercado surge quando ocorrem descasamentos entre passivos e investimentos financeiros que os apoiam, por exemplo, descasamentos entre vencimentos e rendimentos de ativos e passivos originados pelo risco de taxa de juros.

Gerenciamento do risco de mercado

- A Seguradora gerencia seus riscos de mercado utilizando as seguintes técnicas:
- A Seguradora com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado;
- A Seguradora faz uso de contratos financeiros derivativos com o intuito de proteger suas posições ativas, basicamente LTN's, de flutuações adversas nas taxas de mercado (*Hedge*);
- A Seguradora acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.

O risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos também é controlado pela Central de Riscos e "Compliance" do Banco Fator S.A., sendo um departamento autônomo que presta serviços internamente para todas as unidades de negócios das empresas do Banco Fator, calculando e gerenciando os riscos a que as mesmas possam estar sujeitas.

O controle de risco de mercado faz parte das atribuições da Central de Riscos e Compliance, assim como o risco operacional, de liquidez, de crédito e legal (este último controlado em conjunto com o departamento jurídico).

As técnicas utilizadas para controle de risco de mercado são:

- "Value at Risk (VaR)" - procedimento estatístico que determina um intervalo de variação para o valor de "portfólio", dada uma determinada confiança estatística e um intervalo de tempo;
- "Stress Testing" - procedimento que consiste em aplicar testes ao "portfólio", oriundos de cenários pré-definidos (otimistas e pessimistas), recalculando-o em seguida, para observar o impacto advindo desses testes.

Os testes podem ser obtidos de crises passadas, de comportamento possível, mas não provável futuro e de cenários já definidos pelos responsáveis pela "Clearing" de ativos da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e disponíveis ao mercado;

- "Stop Loss" - procedimento que exige a zeragem de posições deficitárias acumuladas a partir de determinado volume de perdas acumuladas em um intervalo de 21 dias úteis.

As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de "Clearing" de alta confiabilidade e renome no mercado brasileiro.

Análise de sensibilidade dos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários abaixo:

Cenário 1: com base nas informações de mercado de 31 de dezembro de 2012, foram aplicados choques paralelos negativos de 100 pontos base para toda a curva de taxa de juros pré-fixada. Por exemplo: se a taxa de juros pré-fixada de 1 ano foi de 6,90% a.a., simulou-se qual seria o resultado se a taxa caísse para 5,90% a.a.;

Cenário 2: com base nas informações de mercado de 31 de dezembro de 2012, foram aplicados choques paralelos positivos de 100 pontos base para toda a curva de taxa de juros pré-fixada. Por exemplo: se a taxa de juros pré-fixada de 1 ano foi de 6,90% a.a., simulou-se qual seria o resultado se a taxa subisse para 7,90% a.a.;

Fatores de riscos	Exposições sujeitas a variações	31/12/2012 (R\$ mil)	
		Cenário 1 (redução taxa pré)	Cenário 2 (aumento da taxa pré)
Taxas de juros (pré)	Das taxas de juros Pré-Fixadas (aumento)	(96)	93

Risco de liquidez

É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados que possam surgir e o período de sua liquidação e isso leva ao risco de liquidez.

Existem três aspectos a serem considerados o risco de liquidez. O primeiro deles nasce em condições normais de mercado e refere-se ao risco de liquidez, especificamente, a capacidade de obter caixa suficiente para cumprir o pagamento das obrigações, quando necessário. Em segundo lugar, o risco de liquidez de mercado ocorre quando um ativo não pode ser liquidado pelo valor aproximado de mercado. Finalmente, há o risco de liquidez padrão, que se refere a capacidade de satisfazer as condições de pagamento em situações anormais.

As principais saídas de caixa decorrentes de passivos reclamados são das seguintes fontes:

- Entrada de caixa oriundo de prêmios de novos negócios, renovação de apólices e prêmios de produtos recorrentes;
 - Entrada de caixa decorrente de juros e dividendos de investimentos e reembolso de principal no vencimento de títulos de dívidas;
 - Recursos do caixa; e
 - Entrada de caixa proveniente da venda de investimentos.
- A Seguradora gerencia o risco de liquidez utilizando-se das seguintes técnicas:
- Aplicando em investimentos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que se propõem; e
 - Monitorando a concentração de investimentos.

Cada uma dessas técnicas contribui para mitigar os três tipos de risco de liquidez detalhados acima. A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne periodicamente, com o objetivo de avaliação dos investimentos. O risco de liquidez é avaliado pelo comitê que, determina a permanência ou a mudança da política de investimentos.

A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros da Seguradora agrupados por vencimento com base no período remanescente na data-base do balanço até a data do vencimento contratual:

	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	5 - 8 anos
Caixa	239	239	-	-	-
Aplicações	193.799	44.271	124.093	25.435	-
Crédito das operações e outros créditos operacionais	80.704	54.796	21.141	4.767	-
Títulos e crédito a receber	6.890	4.436	1.569	-	885
Total de ativos financeiros	281.632	103.742	146.803	30.202	885
	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	5 - 8 anos
Contas a pagar e outros débitos	10.910	9.836	612	-	462
Débito das operações com seguros e resseguros	74.032	52.432	21.600	-	-
Depósito de terceiros	525	525	-	-	-
Passivos de contratos de seguros	202.173	112.224	-	-	89.949
Total de passivos financeiros	287.640	175.017	22.212	-	89.949

Risco de capital

Através de resoluções específicas, a SUSEP vem definindo novas regras para apuração do capital mínimo regulatório para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras. As novas normas complementam a antiga regra de margem de solvência, que definia um montante a ser apurado pelo maior valor entre 20% do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos doze meses e 33% da média anual do total de sinistros retidos dos últimos trinta e seis meses. Atualmente, as novas resoluções divulgadas pela SUSEP determinam que, além da verificação dos valores mencionados acima, cada seguradora precisa calcular também um capital mínimo requerido contemplando os riscos de subscrição. Sendo assim, o maior valor apurado será utilizado como referência de solvência regulatória da Fator Seguradora.

A Seguradora apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o exercício, o PLA da Seguradora foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa e Bancos	552	744
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	552	744
Caixa e Bancos	239	552
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	239	552

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Aplicações financeiras	2012					Valor de mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	
I. Títulos para negociações	34.557	6.298	3.416	149.528	193.799	193.799
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	3.416	-	3.416	3.416
Letras do Tesouro Nacional	-	-	77.863	-	77.863	77.863
Notas do Tesouro Nacional	-	3.519	-	-	3.519	3.519
Debêntures	-	-	-	6.210	6.210	6.210
Fundos de investimentos - abertos	46	-	-	-	46	46
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	26.459	26.459	26.459
Fundo de Investimento em Direito Creditório - FIDC	-	-	-	6.787	6.787	6.787
Fundo de Investimento - DPVAT	33.137	-	-	-	33.137	33.137
Fundos exclusivos	1.374	2.779	-	32.209	36.362	36.362
Debêntures	-	-	-	32.209	32.209	32.209
Ações de Companhias abertas	1.374	-	-	-	1.374	1.374
Notas do Tesouro Nacional	-	2.779	-	-	2.779	2.779
Total	34.557	6.298	3.416	149.528	193.799	193.799

Aplicações financeiras	2011					Valor de mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	
I. Títulos para negociações	31.016	291	117.137	67.379	215.823	215.823
Letras do Tesouro Nacional	-	-	115.017	-	115.017	115.017
Debêntures	-	-	-	12.138	12.138	12.138
Fundos de investimentos - abertos	43	-	-	-	43	43
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	26.719	26.719	26.719
Fundo de Investimento em Direito Creditório - FIDC	-	-	-	8.094	8.094	8.094
Fundo de Investimento - DPVAT	30.973	-	-	-	30.973	30.973
Fundos exclusivos	-	-	2.120	20.428	22.839	22.839
Letras Financeiras do Tesouro	-	291	-	1.265	1.556	1.556
Letras do Tesouro Nacional	-	-	2.120	17.258	19.378	19.378
Debêntures	-	-	-	1.905	1.905	1.905
Total	31.016	291	117.137	67.379	215.823	215.823

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais, os certificados de depósitos bancários - CDB, as debêntures e os certificados de recebíveis imobiliários - CRI, foram contabilizados pelo valor de mercado. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

A gestão e os valores dos títulos referentes ao DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

O quadro abaixo demonstra a movimentação das aplicações financeiras:

31/12/2011	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2012
215.823	683.102	720.677	15.551	193.799

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Seguradora possui operações com contratos Futuros DI, com objetivo de proteção de seus investimentos em LTN - Letras do Tesouro Nacional. Em 31 de dezembro de 2012 os valores referenciais desta operação totalizavam R\$82.737 (R\$108.293 em 2011). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os seguintes resultados foram obtidos com a referida operação:

Meses	Resultado operação hedge - Futuro DI	
	2012	2011
Janeiro	(167)	5.427
Fevereiro	(55)	(3.118)
Março	(130)	2.740
Abril	(233)	(640)
Maior	(158)	(86)
Junho	(91)	83
Julho	(22)	(85)
Agosto	1	(710)
Setembro	(164)	(442)
Outubro	(875)	64
Novembro	(29)	(203)
Dezembro	(235)	165
Total das operações	(2.158)	3.195

As operações com instrumentos financeiros derivativos são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Ativo	Indexador de referência	Data de vencimento	Local de negociação	2012	2011
DI1	CDI	02/07/2012	BM&FBOVESPA	-	108.293
DI1	CDI	02/01/2015	BM&FBOVESPA	82.737	-

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a liquidar referente a instrumentos financeiros derivativos - ajuste DI - no passivo circulante totalizava R\$34 (R\$7 em 31 de dezembro de 2011).

8. PRÊMIOS A RECEBER

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

	2012	2011
Vencidos	3.292	1.438
A vencer de 1 a 30 dias	14.763	23.586
A vencer de 31 a 60 dias	2.130	1.678
A vencer de 61 a 120 dias	7.106	6.684
A vencer de 121 a 180 dias	2.652	1.274
A vencer de 181 a 365 dias	4.562	6.458
A vencer acima de 365 dias	25.038	22.407
Total	59.543	63.525

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os ramos de seguro, apresenta a seguinte posição:

	2012	2011
Garantia judicial	1.158	7.047
Garantia segurado - setor público	2.352	15.023
Garantia segurado - setor privado	8.589	14.315
Risco de engenharia	23.518	23.100
Garantia de obrigações públicas	596	1.452
Riscos nomeados e operacionais	1.963	823
Garantia de obrigações privadas	243	1.282
RC de administradores e diretores (D&O)	333	351
RC Profissional (E&O)	128	-
Responsabilidade civil geral	600	30
Garantia de concessões públicas	47	74
Garantia financeira	16	28
Total	59.543	63.525

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.158	64
Constituição no exercício	930	930
Utilização/reversão no exercício	(936)	(936)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58	58

A Seguradora adota como política o recebimento de prêmio em até 20 dias da data de emissão do risco. Ocasionalmente, há negociação comercial para recebimento de prêmios em até 3 parcelas mensais. Há também emissões de riscos, principalmente relacionados a garantia judicial, onde eventualmente ocorre o parcelamento anual do prêmio, pelo prazo de vigência do risco, que supera 365 dias.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2012	2011
Ajustes temporais	1.051	1.979
Outros créditos a compensar	1.573	2.971
Total	2.624	4.950

Saldo em 31 de dezembro de 2011

Constituição no exercício

Utilização/reversão no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2012

A Seguradora não possui créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os créditos tributários provenientes de ajustes temporais decorrem basicamente de ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado e provisões para contingências. A Seguradora estima a realização destes créditos no período de 1 ano. Outros créditos a compensar referem-se a antecipações de impostos no decorrer de cada exercício.

10. CONTINGÊNCIAS

a) A Seguradora possui contingências remanescentes das operações da CIGNA Seguradora S/A para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são conciliados pela Administração que considera as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos.

Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2012 são:

Contingências fiscais

Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, como a dedutibilidade de despesas na base de cálculo da contribuição social em períodos anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, questionamentos sobre a utilização de prejuízos fiscais desde 1998, supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do Programa de Integração Social - PIS. A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é R\$2.317 (R\$1.031 em 31 de dezembro de 2011).

Sinistros em discussão judicial

Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "Sinistros a liquidar".

Contingências cíveis

Os processos cíveis referem-se a atuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

Contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, equiparações salariais, devoluções

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

14. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros vinculados em cobertura das provisões técnicas, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	2012	2011
Provisões técnicas - seguros	202.173	213.224
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(103.586)	(110.460)
Sinistros depositados judicialmente	–	(330)
Total das exclusões	(103.586)	110.790
Provisões técnicas para cobertura	98.587	102.434
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas	70.455	80.954
Quotas de Fundos de Investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas - DPVAT	33.137	30.973
Suficiência Apurada	5.005	9.493
Ativos livres	90.207	103.896

15. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Índices de (%)					
	Prêmio ganho	Sinistralidade	Comercialização	2012	2011	
Riscos de engenharia	12.159	6.907	(12,81)	35,14	11,46	27,27
Riscos diversos	–	904	–	306,17	–	5,00
Riscos nomeados e operacionais	7.364	3.936	9,11	5,86	7,22	7,03
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	1.401	1.533	(12,66)	2,45	11,10	9,98
Responsabilidade civil geral	158	408	(9,62)	21,31	10,15	15,63
Responsabilidade civil Profissional (E&O)	33	–	129,50	–	31,64	–
DPVAT	34.266	32.816	87,94	87,00	1,47	1,46
Garantia segurado - setor público	28.677	16.463	0,60	–	13,16	13,65
Garantia segurado - setor privado	18.972	8.203	5,69	–	14,46	15,40
Acidentes pessoais - coletivo	–	37	–	8,80	–	5,00
Garantia financeira	284	501	–	–	14,63	13,08
Garantia obrigações - privadas	4.892	8.558	–	–	12,83	10,49
Garantia obrigações - públicas	5.735	11.022	(0,52)	7,40	12,15	11,41
Garantia concessões - públicas	1.163	3.736	–	–	12,00	11,19
Garantia judicial	10.346	17.457	–	–	7,82	6,41
Total	125.450	112.481				

b) Sinistros ocorridos

	2012	2011
Sinistros	(22.021)	(26.596)
Despesas com sinistros	(4.780)	(4.159)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.711)	(4.270)
Total	(28.512)	(35.025)

c) Custos de aquisição

	2012	2011
Comissões	(11.941)	(10.654)
Recuperação de comissões	500	484
Total	(11.441)	(10.170)

d) Outras receitas e (despesas) operacionais

	2012	2011
Receitas		
Reconhecimento dos direitos adquiridos através de processos judiciais transitados em julgado	2.379	–
Reversão de provisões - bônus/PLR	2.770	–
Reversão provisões judiciais	74	–
Reversão de provisões - Tributos	3.099	–
Outras receitas com convênio DPVAT	2.283	2.116
Outras	168	284
Subtotal	10.773	2.400
Despesas		
Com convênio DPVAT	(1.959)	(1.899)
Com provisão de contingências	(143)	(345)
Com contrato de resseguro	(6.581)	(5.469)
Com contrato de cosseguro	(142)	(91)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(97)	(3)
Com consultoria em seguro	(526)	(617)
Outras	(189)	(76)
Subtotal	(9.637)	(8.500)
Total	1.136	(6.100)

e) Despesas administrativas

	2012	2011
Com pessoal próprio	(8.958)	(12.046)
Com serviços de terceiros	(2.015)	(2.007)
Com localização e funcionamento	(996)	(980)
Com publicidade e propaganda	(187)	(187)
Com publicações	(179)	(195)
Com donativos e contribuições	(627)	(140)
Com convênio DPVAT	(2.158)	(2.238)
Outras	(766)	(507)
Total	(15.886)	(18.300)

f) Despesas com tributos

	2012	2011
COFINS	(4.414)	(2.787)
PIS	(746)	(482)
Taxa Fiscalização - SUSEP	(598)	(598)
Taxa Fiscalização Estabelecimento- TFE	(3)	(1)
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	(14)	(13)
Contribuição Sindical	(34)	(33)
Outras	(2)	(7)
Total	(5.811)	(3.921)

g) Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas		
Títulos públicos	10.315	9.667
Instrumentos financeiros derivativos - futuro DI	2.865	19.885
Títulos privados	7.310	15.702
Atualização monetária de créditos tributários	149	67
DPVAT	2.976	3.363
Atualização monetária consórcio regulador do mercado segurador - CRMS	73	56
Atualização monetária de depósitos judiciais	277	310
Receitas financeiras com operações de seguros	1.030	368
Subtotal	24.995	49.418
Despesas		
Instrumentos financeiros derivativos - Futuro DI	(5.023)	(16.690)
DPVAT	(2.892)	(3.246)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(175)	(171)
Despesas financeiras com operações de seguros	(107)	–
Varição Cambial	(569)	(79)
Repasse juros sobre prêmios a resseguradoras	(153)	(96)
Encargos com tributos - juros	(301)	(350)
Outras	–	(1)
Subtotal	(9.220)	(20.633)
Total	15.775	28.785

h) Resultado patrimonial

	2012	2011
Dividendos e rendimentos	5	4
Total	5	4

i) Ganhos com ativos não correntes

	2012	2011
Processos judiciais	–	804
Outras	6	–
Total	6	804

16. DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO - PLA, MARGEM DE SOLVÊNCIA E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

Descrição	2012	2011
Patrimônio líquido	115.253	114.420
Participações diretas e indiretas em Soc. Seguradora	(173)	(192)
Despesas antecipadas	(62)	(56)
Ativo Intangível	(43)	(31)
Ativo diferido	(18)	(45)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	114.957	114.096
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	8.982	11.604
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	8.938	7.666
(*) Margem de solvência (a)	8.938	11.604
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	2.195	3.626
(**) Capital baseado no risco de crédito	19.502	15.905
Benefício da diversificação	(1.010)	(1.537)
(***) Capital mínimo requerido - CMR (b)	35.687	32.994
Patrimônio líquido ajustado	114.957	114.096
(-) Exigência de capital - EC maior entre a (a) ou (b)	35.687	32.994
Suficiência de capital - R\$	79.270	81.102
Suficiência de capital (% da EC)	222,13%	245,81%
(*) Para apuração da margem de solvência, considera-se o valor entre o patrimônio líquido ajustado menos o patrimônio líquido necessário entre 0,20 vezes do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos 12 meses ou 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.		
(**) Para a apuração do Capital baseado no risco de crédito, a Seguradora utilizou os critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 228/2010.		
(***) Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, utilizando em seus cálculos os fatores constantes no anexo V da Resolução CNSP nº 227/10:		

$$\sqrt{CS^2 + CC^2 + CS \times CC} + CB$$

Sendo:

CS = Capital Adicional de Subscrição - CAS

CC = Capital baseado no risco de crédito

CB = Capital Base - CB

A Seguradora continua apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado, ao utilizar os critérios definidos pela Resolução CNSP 227/10, vigente a partir de 1º de janeiro de 2011.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2012	2011
Imposto de renda		
Resultado antes dos impostos	28.447	27.100
Juros sobre capital próprio	(6.408)	(6.354)
Participações sobre o resultado	(663)	(1.360)
Total	21.376	19.386
Contribuição social		
Adições temporárias	10.630	9.864
Provisões para contingências cíveis	110	3
Provisões para contingências trabalhistas	16	53
Provisões para contingências fiscais	3	1
Títulos e valores mobiliários - ajuste a mercado	1.603	1.603
Outras provisões	8.898	8.898
Exclusões temporárias	(14.555)	(14.555)
Adições permanentes	2.890	2.147
Exclusões permanentes	(3.250)	(3.250)
Base de cálculo	17.091	16.348
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social (a)	17.091	16.348
Imposto de renda (15%) (a)	2.564	2.452
Adicional de imposto de renda (10%)	1.685	–
Contribuição social (15%)	–	–
(-) Incentivos fiscais	–	(106)
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	947	569
Imposto de renda - ajuste de anos anteriores	42	3.749
Total de despesas com impostos	5.238	3.021
Total	2.960	2.960

(a) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% do lucro tributável que excede à parcela de R\$ 240 mil no exercício. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado na forma da legislação vigente, mediante alíquota de 15%. Em 31 de dezembro de 2012, a Seguradora não possuía prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) "Outros créditos operacionais" está assim representada:

	2012	2011
Outros créditos operacionais		
Valores a receber do Consórcio DPVAT - Seguradora Líder	15.486	10.124
Processo judicial relacionado ao convênio DPVAT	335	390
Fundos depositados no consórcio regulador do mercado segurador	913	839
Valores a recuperar referentes a processos judiciais	128	162
Outros créditos	218	228
Total	17.080	11.743
Outros créditos operacionais		
Ativo circulante	15.644	10.407
Ativo realizável a longo prazo	738	605

A Administração mantém provisão constituída de R\$698 (R\$731 em 31 de dezembro de 2011) para fazer frente às perdas esperadas com esses créditos.

b) Títulos e créditos a receber no ativo circulante e realizável a longo prazo no valor de R\$2.151 (R\$2.117 em 31 de dezembro 2011), referem-se substancialmente a direito adquirido em processos judiciais transitados em julgado.

c) Outros débitos operacionais no passivo circulante no valor de R\$15.374 (R\$9.955 em 31 de dezembro de 2011), referem-se a obrigações com o consórcio DPVAT - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

d) Depósitos de terceiros no passivo circulante no valor de R\$525 em 31 de dezembro de 2012 (R\$6.699 em 31 de dezembro de 2011). O detalhamento de depósitos de terceiros, considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

	2012	2011
Vencidos		
Cobrança Antecipada de Prêmios	8	208
Prêmios e Emolumentos Recebidos	25	90
Outros depósitos	–	–
De 1 a 30 dias	–	–
De 31 a 60 dias	–	–
De 61 a 120 dias	1	–
De 121 a 180 dias	193	–
Total	202	233
Depósitos de terceiros		
Cobrança Antecipada de Prêmios	6.269	398
Prêmios e Emolumentos Recebidos	–	32
Outros depósitos	–	–
De 1 a 30 dias	–	–
De 31 a 60 dias	–	72
De 61 a 120 dias	–	223
De 121 a 180 dias	–	103
Total	6.269	398

e) Em novembro de 2009, a Seguradora aderiu ao REFIS IV conforme estabelecido na Lei 11.941/09, referente a processos fiscais e previdenciários cuja exigibilidade estava sendo questionada nas esferas administrativa e judicial. A referida lei prevê o pagamento em até 180 parcelas mensais, as quais serão objeto de atualização monetária. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 está classificado no passivo circulante na rubrica impostos e encargos sociais a recolher, no valor de R\$101 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2011) e no passivo não circulante, na rubrica, obrigações a pagar, no valor de R\$462 (R\$526 em 31 de dezembro de 2011).

f) A Seguradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A aplicação deste normativo para a Seguradora implicará na reversão da Provisão Complementar de Prêmios - PCP que poderá ser realizada em sua totalidade ou gradualmente com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Provisão Complementar de Prêmios - PCP bruta de resseguro é de R\$ 3.585 e R\$ 1.569 líquida de resseguro.

DIRETORIA
Luis Eduardo Assis - Diretor Presidente
Stephan Borges Vieira - Diretor
Claudio Macedo Pinto - Diretor

CONTADOR
Sílvia Salsman Guardia CRC 1SP228485/O-7

ATUÁRIO
Sérgio J. Leonardi MIBA 411

PARECER ATUARIAL

Em cumprimento às disposições estabelecidas pela Resolução CNSP nº 135, de 11 de outubro de 2005 e Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004, foi procedida a avaliação atuarial dos planos de seguros operados pela Fator Seguradora S.A., no período de 01/01/2012 a 31/12/2012. A Avaliação Atuarial teve como base as obrigações da Seguradora originadas pelos contratos de seguros vigentes no período de análise, comparando as provisões técnicas estimadas com aquelas constituídas e consignadas no Balanço Patrimonial em 31/12/2012.

Concluiu-se, a partir das informações fornecidas pela Seguradora, que os saldos das provisões técnicas encontram-se adequadamente constituídos não havendo necessidade de provisão complementar. Na avaliação não se constatou situações que comprometam ou venham a comprometer a solvência atuarial da Seguradora.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

Sérgio J. Leonardi
Atuário Técnico Responsável
MIBA 411

Stephan Borges Vieira
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmo Srs. Diretores e Acionistas da Fator Seguradora S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros